



FÓRUM DE LISBOA

“Não teremos sossego nas eleições sem a regulação”

Moraes defende a imposição de limites por parte das redes sociais para frear fake news e combater o “novo populismo digital extremista”

» DENISE ROTHENBURG
» MARIANA NIEDERAUER
Enviadas especiais



Os grupos extremistas desvirtuam a informação, com a convivência total das redes sociais”

Alexandre de Moraes, ministro do STF

Lisboa — A ameaça de golpe na Bolívia transformou o 12º Fórum de Lisboa no cenário para fortalecer a posição do Supremo Tribunal Federal (STF) de guardião da democracia no Brasil. Os três ministros da Corte que discursaram no último dia do evento, ontem, enfatizaram a defesa do Estado Democrático de Direito. Como dois violinos na mesma toada, Alexandre de Moraes, relator do inquérito dos atos golpistas do 8 de Janeiro de 2023, e Flávio Dino, ministro da Justiça à época, foram incisivos em suas falas.

Moraes classificou as articulações para o golpe de “novo populismo digital extremista”. O ministro ressaltou que sempre houve grupos tentando desvirtuar a democracia, mas que o desafio atual é entender como eles acharam terreno fértil para se difundir.

“Para que possamos garantir que a vontade do eleitor não seja manipulada, todos que sejam democratas devem combater esse novo populismo digital extremista que, de forma absolutamente competente, soube manipular as redes sociais, capturar a vontade de vários grupos, para que com isso desvirtuam a legitimidade do eleitor”, frisou.

Aplausos

Moraes foi aplaudido no momento em que defendeu a responsabilização das redes sociais pela veiculação de conteúdos falsos ou enganosos. “Os grupos extremistas desvirtuam a informação, com a convivência total das redes sociais. Pode ser que antes do 8 de Janeiro as big techs não soubessem que estavam sendo instrumentalizadas. Depois do dia 8, é impossível elas afirmarem isso. É necessária uma regulação imediata”, defendeu. “Não teremos sossego nas eleições se nós continuarmos a permitir que as redes sociais e big techs sejam terra sem lei, que elas não tenham responsabilidade.”

Ao apresentar o painel e o ministro, o corregedor nacional de

Justiça, Luis Felipe Salomão afirmou que foi a firmeza de Moraes à frente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que permitiu a defesa da democracia. “Ele dispensa qualquer apresentação, foi fundamental para o sistema judiciário brasileiro, inclusive, para que estivéssemos aqui hoje, porque tivemos ataques ao sistema eleitoral brasileiro e à democracia, e foi pela firmeza do ministro Alexandre de Moraes e de seus pares, que ratificaram as decisões que precisaram ser tomadas em momentos dramáticos. Nenhuma outra pessoa teria condição de fazer o que ele fez naquele momento”, elogiou.

O ministro Gilmar Mendes, um dos organizadores do evento, celebrou a nova fase do fórum, que deixou de usar o termo “jurídico” no nome nesta edição e, de fato, avançou em discussões dos campos econômico e político. “Tivemos inscritos como jamais tínhamos tido, 2,5 mil inscritos, talvez até tenhamos tido pessoas que passaram por aqui e não estavam inscritos, porque é uma estrutura bastante aberta, e nós estamos muito, muito satisfeitos com o resultado”, ressaltou. “Isso amplia a nossa ligação com as universidades portuguesas, amplia a nossa ligação com Portugal e a Europa, e nós estamos certos de que estamos no bom caminho, saindo desse insularismo que, às vezes, marca nossa vida no Brasil.”

Colaboraram Aline Gouveia, Isabela Stanga e Ronayre Nunes

Mariana Niederauer/CB/D.A Press



Moraes disse que sempre houve grupos tentando desvirtuar a democracia, mas que o desafio é entender como acharam terreno fértil para se difundir

» Condenado por destruir relógio

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para condenar Antônio Cláudio Ferreira, acusado de quebrar o relógio de D. João VI no Palácio do Planalto nos atos golpistas. Até a noite de ontem, seis ministros haviam votado para considerar Ferreira culpado: Alexandre de Moraes (relator), Edson Fachin, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. Os demais ministros tinham até as 23h59 de ontem para se manifestar no plenário virtual. Ainda não há, porém, consenso sobre a pena que será imposta ao réu.

Anistia apenas com aval da Corte

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que caberá ao Poder Judiciário, e mais especificamente à Corte, dar a última palavra, caso prospere no Congresso uma proposta de anistia aos investigados, acusados, condenados e presos por envolvimento nos atos golpistas de 8 de Janeiro do ano passado.

No início deste mês, a presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Caroline de Toni (PL-SC), designou o colega Rodrigo Valadares (União Brasil-SE) como relator de um projeto de lei que concede anistia aos implicados na depredação das sedes dos Poderes em Brasília. Os dois parlamentares são aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O ex-chefe do Executivo é investigado em um dos inquéritos dos atos golpistas. A anistia é defendida por aliados de Bolsonaro no Congresso e tem sido citada nos bastidores do Parlamento como moeda de troca pelo apoio do campo bolsonarista nas eleições pelas presidências da Câmara e do Senado em 2025.

“Quem admite anistia ou não é a Constituição Federal e quem interpreta a Constituição é o Supremo Tribunal Federal”, enfatizou Moraes durante o Fórum Jurídico de Lisboa. “O Supremo Tribunal Federal vai garantir a responsabilização de todos os culpados pelo dia 8 de Janeiro”, garantiu o ministro em sua palestra.

Bolsonaro levantou a ideia de anistia durante ato na

Avenida Paulista que reuniu milhares de pessoas em 25 de fevereiro. A manifestação foi convocada pelo próprio ex-presidente após ele ser apontado pela Polícia Federal como mentor de uma minuta golpista para permanecer no poder depois de ser derrotado na eleição presidencial de 2022. No ato em São Paulo, o ex-presidente pediu pela anistia “para aqueles pobres coitados presos em Brasília” que foram alvo da investigação.

“O Supremo Tribunal Federal é uma instituição centenária. Obviamente que quando a democracia é mais atacada e a Constituição é mais atacada o Supremo Tribunal Federal tem a missão de defendê-la e assim o fez”, destacou Moraes.

Dino: STF só “se mete em muita coisa” por um dever

Lisboa — Se a harmonia entre os Poderes se mostra abalada e é alvo de críticas pela oposição, o Fórum de Lisboa mostrou que, ao menos no Judiciário, os discursos parecem estar alinhados. O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), falou ainda pela manhã, diante de uma plateia de juristas, entre os quais os ministros Luís Roberto Barroso, presidente da Corte, e Alexandre de Moraes, e deu uma aula de jurisdição constitucional.

Ele abriu a apresentação citando a tentativa de golpe na Bolívia e reforçou a importância desse conceito — que define as prerrogativas de cada Poder e a separação entre eles — para a defesa da democracia em situações de investidas golpistas.

“Na Bolívia, houve uma tentativa de insurreição contra as regras constitucionais, e isso mostra que nós temos uma necessidade insubstituível de que a

jurisdição constitucional cumpra o seu papel de defesa contra as investidas antidemocráticas. Esse é um compromisso fundamental”, pontuou Dino.

O ministro do STF também relembrou os ataques que a Corte sofreu e frisou que as decisões dos magistrados, mesmo que monocráticas, encontram respaldo de todo o colegiado. “Sempre realço aquilo que aprendi com a ministra Rosa Weber, a minha ilustre antecessora, o Alexandre, o Gilmar e outros colegas do Supremo fazem o que fazem porque eles são a expressão do colegiado. Enganam-se e erram gravemente aqueles que imaginam que se tratam de atos individuais.”

Dino defendeu a atuação do STF, deixando claro que o tribunal não pode se furtar de responder às demandas que chegam por meio de processos judiciais. O magistrado até ironizou,

Mariana Niederauer/CB/D.A Press



Dino (D) afirmou que STF não pode se furtar de responder às demandas

dizendo que nunca viu um ministro sair correndo pela Praça dos Três Poderes para pegar um processo e julgá-lo.

“O problema é que, quando

as situações conflituosas caminham por aquela praça e não encontramos outra porta, acham o prédio do Supremo mais bonito, a rampa é menor, e lá eles

entram. E lá chegando, nós não podemos jogar os problemas no mar ou no Lago Paranoá, e nós não podemos prevaricar, e é por isso que o STF se mete em muita

Resposta a Lula

Na última quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que “a Suprema Corte não tem que se meter em tudo”. Ainda de acordo com o petista, a decisão do STF no caso da descriminalização da maconha cria “rivalidade” com o Congresso.

coisa”, avaliou. Para ele, o que chama de “ultrademandismo” do sistema de Justiça é reflexo de uma era de extremismos, que coloca em xeque a funcionalidade e a eficiência da política.

O ministro Cristiano Zanin participou, na sequência, do painel Arranjos institucionais de persecução e controle no Estado Democrático, ao lado do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e do advogado-geral da União, Jorge Messias, e também ressoou a defesa da democracia.

“Tivemos ações e operações que desrespeitaram flagrantemente os princípios norteadores do Estado Democrático de Direito, o devido processo legal e a própria integridade da atividade judiciária. E nesses casos também houve, inclusive, da parte do Supremo, uma resposta adequada para anular essas ações ou operações”, enfatizou. (DR e MN)